

# Curso de Engenharia Legal, Direito e Ética

Aula nº 1

A legislação brasileira e a  
organização judiciária

# I- CONSTITUIÇÃO

Origem: Poder Constituinte – poder de fato que institui a Constituição de um Estado e tem as seguintes características: inicial, absoluto, soberano, ilimitado, independente e incondicionado.

Poder Constituinte derivado de reforma ou de emendabilidade: este é um poder de alterar uma constituição já existente. Na própria constituição já existem regras de como se processa essa alteração.

Características desse poder: secundário, relativo, condicionado e limitado. Também chamado de poder de revisão, reforma ou emendabilidade. Na nossa CF de 1988 esse poder é previsto no Art. 60 e Art. 3º do ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

## CONSTITUIÇÃO...

*ADCT Art 3º - “A revisão constitucional será realizada após cinco anos, contados da promulgação da Constituição, pelo voto da maioria absoluta dos Membros do Congresso Nacional, em seção unicameral”.*

Essa revisão de fato ocorreu a partir de 5/10/1993, resultando dela seis Emendas: a primeira promulgada em 1/03/1994 e a 6ª em 7/06/1994.

A partir daí só se pode alterar a Constituição mediante emendas Constitucionais previstas no Art. 60.

**Emendas à Constituição**: fazem parte do rol de normas infra-constitucionais que formam a chamada “hierarquia das leis” produzidas pelo processo legislativo. (Art. 59 da CF)

## **“Hierarquia das Leis”**

*Art. 59 – O processo legislativo compreende a elaboração de:*

*I – emendas à Constituição;*

*II – leis complementares;*

*III – leis ordinárias;*

*IV – leis delegadas;*

*V – medidas provisórias;*

*VI – decretos legislativos;*

*VII – resoluções.*

As emendas constitucionais têm o poder de alterar a Constituição, mas para isso, possuem limitações da seguinte ordem:

### **a) Limitações procedimentais:**

**a.1. de iniciativa** – de no mínimo 1/3 dos

Deputados e Senadores, Presidente da República ou um projeto com a anuência de mais da metade das Assembleias Legislativas da Federação com manifestação da maioria relativa dos membros de cada uma delas.

## Emendas...

a.2. **de trâmite**: deve ser discutida e votada em cada uma das casas do Congresso em dois turnos, obtendo 3/5 dos votos dos membros de cada Casa. Se aprovada é promulgada pelas Mesas das duas casas. Se rejeitada não poderá ser objeto de nova proposta na mesma Sessão legislativa. (Art. 60, I, II e III e §§ 2º, 3º e 5º da CF)

### b – Limitações Circunstanciais:

A Constituição não pode ser emendada nos casos de: vigência de intervenção federal (Arts. 34/36 da CF); estado de defesa (Art. 136 CF) estado de sítio (Arts. 137/139 CF).

### c – Limitações materiais:

Não podem ser alteradas as cláusulas pétreas. (Art. 60, § 4º CF)

## **Lei Complementar**

Exige quorum de maioria absoluta para sua aprovação. Matérias *objeto* de Lei Complementar não podem ser tratadas por medida provisória ou lei delegada. (Art. 69 da CF).

A lei complementar só é elaborada quando expressamente requisitada pela Constituição. Ex.: Art. 93 da CF:

*“Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, (...)”*

## **Lei Ordinária**

É uma lei comum expedida pelo poder público para regular as relações jurídicas, criando ou extinguindo direitos.

Fases da elaboração das leis: a iniciativa, deliberação e a fase Complementar.

## Lei Ordinária...

a) iniciativa – é a apresentação do projeto de lei. Tal projeto deve ser devidamente fundamentado e justificado. Há dois tipos de iniciativa:

a.1. **Geral**: cabe ao eleitorado (iniciativa popular, Art. 61, § 2º da CF), ao Presidente da República e a qualquer membro ou comissão do Congresso ou de suas Casas.

a.2. **Reservada**: apresentada por algumas autoridades em matérias específicas, como o Presidente da República (Arts.61, § 1º e 165 CF); Supremo Tribunal Federal (Arts 93 e 96, II, CF); Tribunais Superiores, (Art. 96, II CF) e Procuradores-Gerais (Art.128, § 5º CF).

b) deliberação – refere-se aos debates nas Comissões e Plenário, podendo ocorrer emendas em cada uma das Casas e manifestação do Presidente da República. A aprovação dá-se por maioria simples. (art. 47 CF). Após a deliberação o projeto vai para **sanção** ou **veto** do Presidente da República

## Lei ordinária...

c) fase complementar -

c.1. **promulgação** – ato de comunicar a criação da lei. Cabe ao Presidente da República promulgar a lei em 48 horas após a sanção ou derrubada do veto.

c.2. **publicação** – ato de levar ao conhecimento do público a existência da lei.

## Medida Provisória -

O Presidente da república poderá expedir medidas provisórias em casos de relevância e urgência, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional. (Art. 62 CF).

Matérias que **não podem** ser objeto de medidas provisórias:



## **Medidas Provisórias ... (Art. 62, § 1º CF)**

As que se referem a:

- a.** nacionalidade, cidadania, direitos políticos, partidos políticos e direito eleitoral;
- b.** direito penal, processual penal e processual civil;
- c.** organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e garantia dos seus membros;
- d.** planos plurianuais, diretrizes orçamentárias, orçamento e créditos Adicionais e suplementares, ressalvado o previsto no art. 167, § 3º CF.
- e.** que visem detenção ou seqüestro de bens, poupança popular ou qualquer outro ativo financeiro;
- f.** matéria reservada à lei complementar;
- g.** já disciplinada em projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional, pendente de sanção ou veto do Presidente da República.

## **Lei Delegada**

O Presidente da República pode pedir ao Congresso delegação para legislar sobre certos assuntos. O Congresso pode fazer tal delegação por Resolução, impondo limites. (Art. 68 CF).

Não se pode pretender colocar em lei delegada matérias da competência exclusiva do Congresso Nacional e de suas Casas; matérias reservadas à Lei Complementar e relativas ao orçamento, à organização do Ministério Público e do Poder Judiciário e a questões de cidadania, direitos individuais, políticos e eleitorais (Art. 68, § 1º CF).

Na verdade, pouco se usam as leis delegadas, pois, para o Presidente da República é mais prático o uso de medidas provisórias.

## **Decreto Legislativo**

É um tipo de norma de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo promulgado pelo Presidente do Senado.

Não está sujeito a sanção ou veto do Presidente da República.

(Art. 59, VI CF).

Pode tratar de matéria concreta, nos termos do Art.49, II a VI, IX, XII, XVII, da CF, assim como de atos administrativos e de matéria abstrata (Art. 49, VII e VIII, CF).

## **Resolução**

Faz parte das competências privativas de cada uma das Casas do Congresso Nacional ( Art. 59, VII, 51 e 52 CF).

Também não está sujeita a sanção ou veto, sendo promulgada pela Mesa da Casa que a editou.

## **Resolução...**

São matérias de resolução:

- a) as que visam concretizar a delegação de competências, em caráter temporário, do Legislativo para o Executivo (Art. 68, § 2º CF);
- b) a suspensão da eficácia de lei declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em recurso extraordinário (Art. 52, X CF);
- c) a fixação de alíquotas aplicáveis a certas operações.  
(Art. 155, § 2º, IV, CF).

## **Decreto**

É norma cuja expedição está a cargo do Chefe do Poder Executivo, seja o Presidente da República, em nível Federal, o Governador, em nível estadual e o Prefeito, em nível municipal.

## **Decreto...**

A expedição de decretos visa à regulamentação das leis, para assegurar a sua fiel execução e aplicação.

Assim, o Chefe do Poder executivo expede decretos de nomeação, Remoção ou demissão de servidores.

## **Resoluções, Instruções, Portarias**

Estas formas normativas usadas pela Administração Pública destinam-se a tornar mais explícitas as formas de atuação dos servidores, no cumprimento de suas funções e atos administrativos.

Tais espécies normativas são expedidas por dirigentes de 2º, 3º 4º etc, escalões da Administração.